

Mentes perigosas
Dezembro de 2009.

Arthur Virmond de Lacerda Neto

Da autoria da psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva, "Mentes perigosas" ocupa-se dos psicopatas ou personalidades perversas: caracteriza-lhes o comportamento, ensina a reconhecê-los e a defendermo-nos deles, minudencia exemplos de crimes praticados por alguns deles, trata da psicopatia nos menores de idade, denuncia o individualismo que lhes favorece a ação, exorta por uma mentalidade altruísta.

Méritos.

"Mentes perigosas" apresenta os méritos de difundir, entre o público leigo, conhecimentos utilíssimos, até então privativos do pessoal especializado (médicos, psicólogos e psiquiatras), a saber, o da descrição dos psicopatas nos seus traços de comportamento, o que permite reconhecê-los, e o de ensinar a protegermo-nos deles, em dois serviços sociais inestimáveis, em face do perigo público que eles encarnam e dos danos que são capazes de inflingir e que atingem, em certos casos, a medida gravíssima do crime violento, mesmo do homicídio.

Obras de vulgarização de conhecimentos científicos, nos domínios da psicologia e da psiquiatria, propiciam instrumental teórico que, em alguma medida, capacita as pessoas a conhecerem-se e a entenderem-se, e ao seu semelhante, e, portanto, a melhorarem a sua forma de ser e de conviver: do conhecimento da natureza humana, própria e alheia, resulta a possibilidade de intervir-se nela, na medida do possível, ou de a ela adaptarmo-nos, como alternativa à intervenção. Correspondem a efeitos da compreensão de livros que tais, a aquisição de conhecimentos e o melhoramento das relações humanas, sendo, o primeiro, pessoalmente útil e o segundo, socialmente benéfico.

Má redação.

Padece "Mentes perigosas" de redação deficiente em várias passagens e, portanto, suscetível de melhoramentos, quanto às preposições, muitas delas erradas (à exemplo de "autoridade sobre o assunto", página 40; "talento para mentir", página 103); ao uso de vulgarismos e de gírias (como a expressão "cara muito legal", na página 71) e de americanismos; às simplificações inaceitáveis (à exemplo de "a nossa tendência inicial é buscar", ao invés de "a nossa tendência inicial é a de buscarmos").

O próprio título figura em minúsculas ("mentes perigosas"), adoção repreensível da prática, infelizmente corriqueira entre nós, das abolição da maiúsculas mesmo em nomes próprios e no início das frases, sintoma do desleixo dos brasileiros em relação à linguagem escrita.

Na capa, é óbvia a má redação da frase: "Como reconhecer e se proteger de pessoas", ao invés de "Como reconhecer pessoas e proteger-se delas". A dedicatória (página7), contém erro da mesma natureza: "A todas as pessoas "de bem" que acreditam e lutam por um mundo menos violento e mais justo", quando acreditar exige a preposição "em" e não se compagina com a preposição "por". Destarte: "que acreditam em um mundo menos violento e mais justo e lutam por ele".

A revisão do texto, na sua totalidade, para corrigi-lo e aprimorá-lo, corresponder-lhe-á a acréscimo de qualidade, na medida em que o idioma equivale a valor e em que texto esmerado na sua execução honra o seu autor e leva ao leitor produto recomendável, responsabilidade dos autores especialmente grave em país em que o desprezo pela norma culta institucionalizou-se como doutrina acadêmica (com a sóciolingüística, vale dizer, a

aplicação do marxismo na elaboração de teorias relativas ao idioma), o mal falar como traço da identidade nacional e o mal escrever como estilo dos brasileiros.

São fáceis as objeções de que a tal redação corresponde o falar da maioria do povo e que, portanto, é o que ele entende e a de que o intuito do autora consistiu no de transmitir certo conhecimento e não o de propiciar o bom exemplo idiomático. Nada, contudo, justifica a mediocrização do idioma nem o seu envilecimento. Se o estilo do livro foi intencional na sua qualidade, então, tratou-se de escolha que o desabona.

Anedota.

Contém o capítulo primeiro a narrativa de uma situação da vida estudantil da autora, em que o seu então professor de Psiquiatria definiu-lhe, em aula, o que entendia por consciência, o que, por sua vez, despertou-lhe interesse pelo tema e a levou a interrogá-lo a respeito.

Como episódio autobiográfico, a anedota em nada enriquece o livro; ao contrário, a forma algo infantil como a autora narra-a, permite suspeitar de algum cabotinismo seu, fosse quando estudante, seja atualmente, para mais de encontrar-se alguma prolixidade nos pormenores inúteis da narrativa, que parece efabulada nas intervenções do professor e da autora. Fosse concisa e direta e o livro ganharia mais. Aliás, nada perderia com a supressão da anedota, cujo conteúdo científico mantivesse.

A metafísica da "consciência".

De modo perfeitamente dispensável, a autora atribuiu nova acepção à palavra "consciência", como equivalente à capacidade de amar: "ser consciente é ser capaz de amar", entendendo o verbo em sentido lato, conotado com sensibilidade, empatia, compreensão, simpatia, bondade, altruísmo etc., quando, normalmente, a nada disto corresponde aquele vocábulo.

Pouco depois (na página 27), a consciência "é algo que sentimos" e "pode ser definida como uma emoção". No parágrafo seguinte, contudo, a autora avança na sua semântica e a define como "senso de responsabilidade e generosidade baseado em vínculos emocionais, de extrema nobreza, com outras criaturas ou até mesmo com a humanidade e o universo como um todo".

A princípio, a "consciência" significa capacidade afetiva; a seguir, indica emoção; finalmente, equivale a função do entendimento combinada com generosidade: primeiramente, trata-se de possibilidade de sentimento; depois, de sentimento propriamente dito; por derradeiro, de capacidade intelectual e de sentimento.

Três acepções ou interpretações conferidas, sucessivamente, ao mesmo objeto, resultam em confusão e obscuridade, sem qualquer proveito lingüístico, tampouco para o entendimento dos capítulos subseqüentes.

Poderia a autora haver exprimido "consciência" por equivalentes como sensibilidade, empatia, consideração pelo próximo, amor, sem nenhuma necessidade de inovar a semântica, ainda que adotando o exemplo do professor Osvaldo, autor da novidade infeliz, em que introduziu acepção de natureza afetiva em conceito de ordem intelectual.

A confusão, todavia, agrava-se com quarta caracterização, em que a consciência "é uma espécie de entidade invisível, que possui vida própria e que independe da nossa razão. É a voz secreta da alma, que habita em nosso interior e que nos orienta para o caminho do bem".

Nestas condições, a "consciência" transforma-se em ser dotado de existência objetiva ("entidade invisível"), independente do ser humano ("que possui vida própria"), em cujo corpo se instala ("que habita em nosso interior") e que lhe influencia o comportamento ("nos orienta para o caminho do bem"; "nos impulsiona a

tomar [*sic*, por tomarmos] decisões totalmente irracionais"; "ela permeia as nossas atitudes cotidianas"; "nos abraça e nos conduz pela vida afora"): ela corresponde a uma abstração personificada.

Tratar a consciência como abstração personificada significou retrocesso anterior à obra de Francisco José Gall, que, em 1811, nas suas Funções do Cérebro, início da neuroanatomia, demonstrou resultar a vida psíquica do funcionamento do cérebro, das sua organização e fisiologia, e não de entidades sobrenaturais nem de agentes externos, como a graça divina e a alma, com que, até então, teólogos, metafísicos e alguns médicos explicavam os fenômenos da afetividade e da inteligência.

A obra de Gall representou momento de viragem no entendimento das funções morais: com ela, tal âmbito de estudos passou da teologia e da metafísica, para a ciência; do imaginado, para o verificado; de concepções que se anacronizaram e que se abandonaram de todo, para a observação do funcionamento do cérebro e de como ele coordena a economia do ser humano.

Aliás, Gall foi expresso em reconhecer o altruísmo como função do cérebro e como característica da psicologia humana. Toda a frenologia persistiu neste reconhecimento, que a moderna neuroanatomia confirma. Não há uma "entidade invisível" que nos incute a bondade; existe o cérebro, dotado de funções, que determina sentimentos e comportamentos, sejam normais, sejam patológicos. A uma destas funções corresponde o que designamos por altruísmo, discernível em três âmbitos: a veneração, que se volta aos superiores de cada qual (os mais velhos, os indivíduos especialmente respeitáveis); o apego, que dedicamos aos nossos iguais (daí os sentimentos de amor fraternal, conjugal e amistoso) e a bondade, que se exprime em relação aos nossos inferiores (a compaixão em face dos fracos, o carinho pelas crianças).

No seu "Tratado da irritação e da loucura" (Paris, 1826), Broussais dedica-se a combater as abstrações personificadas, vale dizer, a ontologia que, ao tempo, explicava as doenças por meio de entidades, ao invés de, no caso da psiquiatria, pela constituição do cérebro e pelas suas anormalidades.

"Por ontologia médica, escreveu Broussais, entendemos os seres, entidades ou essências artificiais, espécies de concepções abstratas ou de abstrações que não podem ser reduzidas a fatos apreciáveis pelos sentidos, nem demonstráveis pela indução; são puras quimeras, sons vãos, aos quais, contudo, atribui-se, pela linguagem, todas as propriedades dos corpos, tanto quanto as das abstrações de boa cepa, ou seja, as redutíveis a fatos. [...] em medicina, a ontologia é legião de seres ou de entidades artificiais que não contém, jamais, nada de real" (pág. 40). (Broussais, "Da irritação e da loucura", 1839, Paris).

"A ontologia é a ciência do ser", definiu ele, que prossegue: "Nela, aplicam-se a estas abstrações os adjetivos e os verbos que servem para qualificar e fazer atuar e sofrer os corpos, repetindo-se que não se fala de corpos. Certas abstrações são necessárias, mas elas representam corpos. [...] Quando representam corpos, podem receber os epítetos e ser movidos pelos verbos que fazem mover os corpos; porém, quando não os representam e são apenas concepções, não se pode tratá-las como corpos. É isto, todavia, o que fazem os ontologistas; é assim que eles constroem quimeras com os sinais, com palavras reificadas, ou seja, transformadas em corpos. [...] É a metafísica propriamente dita, pois os seres quiméricos da ontologia mais elevada acham-se na mesma condição que os anjos, os diabos, os gnomos, os silfos, os gênios" (páginas 668 e 669). (Broussais, "Leçons de phrénologie", 1836, Paris).

Das considerações de Augusto Comte percebe-se a medida do retrocesso representada pela introdução de entidade metafísica na psiquiatria, nos dias atuais:

"Desde o final do século XV, o espírito humano passa por uma revolução geral e contínua, cujo objeto principal é a reforma gradual e total do sistema inteiro dos conhecimentos humanos, estabelecido, de então por diante, sobre as suas verdadeiras bases, a observação e o raciocínio. Esta revolução fundamental, preparada pelos trabalhos sucessivos de todos os séculos anteriores, sobretudo a partir dos árabes, foi definitivamente determinada e diretamente principiada pelo grande e novo impulso que imprimiram, simultaneamente, à razão humana, as concepções de Descartes, os preceitos de Bacon e as descobertas de Galileu. Desde esta memorável época, o espírito humano, em todos os ramos dos nossos conhecimentos, tendeu

constantemente e cada vez mais a libertar-se, completamente e para sempre, do império exercido precedentemente pela teologia e pela metafísica, a subordinar inteiramente a imaginação à observação; em uma palavra, a constituir o sistema definitivo da filosofia positiva.

Os diversos ramos dos conhecimentos humanos não passaram com a mesma velocidade por esta importante renovação. Passaram por ela sucessivamente, segundo o grau de complicação e de dependência mútua dos fenômenos que consideram. A fisiologia sendo, de todas as partes da filosofia natural, a que estuda os fenômenos mais complicados e os menos independentes, deveu permanecer por mais tempo do que qualquer outro, sob o jugo das ficções teológicas e das abstrações metafísicas. Assim, foi apenas na segunda metade do século XVIII, e depois de a astronomia, a física e a química haverem se tornado ciências positivas, que a fisiologia começou a passar, por sua vez, por esta grande e salutar transformação, pelos imortais trabalhos de Haller, de Carlos Bonnet, de Daubenton, de Spallanzani, de Vicq-d'Azyr, de Chaussier, de Bichat, de Cuvier, de Pinel, de Cabanis etc.

Mas, para que esta revolução fosse completa e eficaz, era necessário que ela se estendesse, igualmente, aos fenômenos intelectuais e afetivos, que deveram, necessariamente, dela participar mais tarde do que os outros fenômenos dos animais, dada a sua maior complicação e dada a ligação imediata das teorias teológicas e metafísicas que se prendiam com a constituição da sociedade. Também as memórias publicadas, no começo deste século, por Cabanis, sobre as relações entre o físico e o psicológico, corresponderam à primeira grande tentativa direta de fazer entrar, definitivamente, no domínio da fisiologia positiva este estudo, até então exclusivamente abandonado aos métodos teológicos e metafísicos. O impulso propiciado ao espírito humano por estas memoráveis pesquisas não se abrandou. Os trabalhos de Gall e da sua escola fortificaram singularmente e, sobretudo, imprimiram a esta nova e última porção da fisiologia elevado caráter de precisão, fornecendo-lhe base determinada de discussão e de investigação. Hoje, pode-se dizer que esta revolução, embora não se haja tornado popular, consumou-se definitivamente em todos os espíritos verdadeiramente ao nível do seu século, que todos consideram o estudo das funções intelectuais e afetivas como inseparavelmente ligado ao de todos os outros fenômenos fisiológicos e como devendo ser realizados pelos mesmos métodos e no mesmo espírito". (Sublinhados meus). ("Examen du traité de Broussais sur l'irritation", 1826).

"Gall estabeleceu ao mesmo tempo a pluralidade de nossas funções superiores, assim mentais como morais, e a comum residência delas no aparelho cerebral." (Comte, "Catecismo Positivista", página 268 da 4ª edição brasileira).

Por outro lado, no capítulo 10º, a autora atribui a psicopatia à atrofia da amígdala cerebral, vale dizer, à alteração orgânica de um componente do cérebro. No início do livro, ela institui uma entidade metafísica, cuja ausência caracteriza a psicopatia; depois, explica-a por disfunção orgânica.

Começa pelo método ontológico e prossegue pelo positivo (no sentido de Augusto Comte: decorrente da observação), sendo que dissocia, absolutamente, a entidade "consciência" da atrofia da amígdala cerebral.

Se a "consciência", como entidade, explicasse a psicopatia, seria imperiosa a sua tangibilidade, a possibilidade de ser observada, a sua residência na amígdala dos indivíduos sadios e a sua ausência, ali, nos psicopatas. Ora, inexiste, na amígdala, qualquer entidade e, portanto, não existe, nela, a "consciência". Logo, a "consciência" ausente não origina a psicopatia nem a explica.

Observa-se relação entre a amígdala e o comportamento e não entre a entidade e ele. Assim, não apenas inexiste a entidade "consciência", como, ainda que existisse, seria de todo inútil para explicar a psicopatia. Demais, em outro momento (página 165), a autora insiste na causa orgânica (a disfunção neurobiológica da amígdala), a que associa outra, ambiental, que não a criatura ontológica.

A "consciência" exprime fato ou metáfora.

Se exprime *fato*, é porque a autora (ou alguém, cuja autoridade ela admite) averiguou-lhe a existência objetiva, material, tangível, como ser (aliás, invisível) distinto do corpo humano em que atua. Ora, os únicos seres distintos dos seres humanos e que neles existem são os parasitas (como as lombrigas e os carrapatos), as

bactérias (patogênicas ou não) e os vírus. Nunca, ninguém, jamais averiguou, em pessoa alguma, a presença da entidade "consciência": neste sentido, ela não existe e, destarte, não corresponde a fato.

Se exprime *metáfora*, deve equivaler, semanticamente, a algo que existe; deve exprimir, mercê de comparação, como recurso lingüístico, fato ou conjunto de fatos observados: as atitudes altruístas das pessoas, o seu comportamento generoso, a sua empatia e a sua bondade.

Parece identificar-se com esta, a acepção em que a autora emprega o vocábulo em questão, a julgar pela série de exemplos de atitudes altruístas, formulada nas páginas 28 e 30. Neste sentido, ela é sinônimo de altruísmo, sentimento que leva as pessoas a desenvolverem comportamentos em favor dos demais. A existência do termo "altruísmo", com significado perfeitamente caracterizado e notório na língua portuguesa, torna inteiramente dispensável a inovação de sentido que a autora atribuiu à "consciência".

Tratada como fato e depois como metáfora, não se percebe se, afinal, a "consciência" é um ou é outro. No primeiro caso, ela é falsa; no segundo, é desnecessária.

Agrava-se, ainda mais, o mistofório relativo à "consciência", mercê da sua identificação com um sentido humano, o "sexto sentido" (página 29). Não se percebe se a autora o considera em acepção própria (a par do tato, da olfação, da gustação etc.) ou (novamente) se à guisa de metáfora.

Logo abaixo, pondera a autora: "*se existe alguma coisa de divino em nós, entendo que a nossa consciência seja essa expressão e, quem sabe, uma fração incalculável do tão falado e pouco praticado amor universal ou incondicional*". A ausência de aspas no adjetivo divino manifesta o seu uso conotativo, pelo que se deduz atribuir a autora ao ser humano uma particularidade sobrenatural e própria da divindade.

"*Conceituar ou definir consciência é algo extremamente complexo*", afirma a autora, na página 29: aparentemente, a sua complexidade induziu-a a verdadeiro estado de confusão em que, afinal, não se compreende o que ela seja, porque a própria autora não a compreendeu com clareza suficiente que lhe permitisse explicá-la ao leitor.

"*Isso porque ela está acima de teorias religiosas ou mesmo psicológicas e científicas*", continua o mesmo parágrafo. Surpreende que um conceito se ache ou possa achar "acima" das teorias científicas, vale dizer, da observação dos fatos. Ora, a própria autora alega uma série de exemplos de comportamentos "conscientes", ou seja, observou fatos em que a consciência se manifesta. Sendo assim, ela é suscetível de análise científica e não se acha acima da ciência, porém dentro dela.

Também surpreende reputar a "consciência" acima das teorias religiosas, linhas antes de conferir-lhe um aspecto divino, ou seja, de formular concepção religiosa, ou, ao menos, aspecto religioso do seu entendimento do tema.

Em suma: a autora atribui à "consciência" acepções diversas e introduz confusão no leitor, a mesma que, certamente, existe, neste particular, no seu próprio entendimento e em que, afinal, não se discerne se a "consciência" pertence aos fatos observados, às figuras de linguagem, à ontologia, ao domínio sensorial, ao da teologia ou a tudo isto simultaneamente.

Pode-se admitir a "consciência" como sentimento moral, como sensibilidade em face do próximo (e mesmo dos animais, dos vegetais e do ecossistema em que existe a Humanidade), como critério que leva as pessoas a comportarem-se generosamente, como sinônimo de altruísmo. Neste sentido, que parece coincidir com o que importa ao livro, o psicopata caracteriza-se pela atrofia da afetividade; ele apresenta indiferença emocional ao seu semelhante, consideração exclusiva ou predominante por si próprio e comportamento maligno. Ele encarna pessoa radicalmente egoísta: a tal conclusão, singela e compreensível, reduz-se a abstrusa disquisição acerca da "consciência".

Identificação e prevenção.

Ressalvadas as imperfeições que aponteí, o livro apresenta assinalável utilidade, o que lhe torna a leitura recomendável pelo público em geral e, em particular, pelos meios jurídicos e políticos, mercê das informações

científicas e das ponderações da autora, suscetíveis de provocar a revisão dos valores egocêntricos e materialistas da nossa sociedade e alterações na legislação criminal brasileira.

Apresentam elevada utilidade social a descrição dos psicopatas nas suas características e a série de conselhos relativos à forma como haver-se com eles. Saber reconhecê-los e defender-se deles importam em atitudes perante o próximo que as pessoas, em geral, são incapazes de intuir ou que aprendem à custa de prejuízos próprios ou da observação do infortúnio alheio. Melhor do que este empirismo, de aquisição fragmentária e eventual, é o produto de longas averigüações de observador especialmente qualificado, que permite a prevenção ou a mitigação dos malefícios a que se expõe as pessoas em geral.

Maioridade penal.

Especial atenção devem dispensar os juristas e os legisladores ao capítulo relacionado com a maioridade penal e com o Estatuto da Criança e do Adolescente: ao contrário de incôscio da natureza criminosa de certos dos seus atos, o psicopata menor de dezoito anos de idade é, sim, por eles responsável, deve por eles receber punição, como se fora maior, e sujeitar-se à prisão, mesmo fora de flagrante.

Com razão a autora, em que a lei brasileira é "excessivamente complacente" na sua parte punidora, relativa aos menores de dezoito anos, "favorecidos, diz ela, por uma legislação específica que atenua as suas punições, propiciando de forma quase irresponsável a liberdade precoce e a reincidência criminal".

De fato, a lei 8069 de 1990 considera inimputáveis os menores de 18 anos: aquém desta idade, o indivíduo não responde pelos crimes que cometer. Sequer crimes ele perpetra, e sim "atos infracionais", eufemismo com que se transforma, por exemplo, um assassínio, de crime de homicídio em ato infracional, pelo qual não se pune o seu autor.

Enquanto se castiga o maior com multa, prestação de serviços à comunidade e detenção, o menor submete-se a estas medidas: encaminhamento aos seus pais ou ao responsável por ele; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar; colocação em família substituta; advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação.

Destas providências, a última verifica-se em estabelecimento educacional, e não em presídios, limita-se ao máximo de três anos; cessa, compulsoriamente, ao o indivíduo completar 21 anos de idade e aplica-se apenas às infrações praticadas com grave ameaça ou violência contra alguém.

Assim, o indivíduo de dezessete anos que matar, por motivo fútil, um pai de família, com arma de fogo, não cometerá o crime de homicídio, será introduzido em educandário, em que permanecerá, se tanto, até os seus vinte anos de idade. Este indivíduo é homicida; é criminoso. Porque, todavia, menor de 18 anos, recebe tratamento de favor: não se o considera assassino e sim "menor infrator"; não cumpre pena e sim será internado em casa de educação; não será mantido preso por mais do que três anos.

É injusto e imoral que seja assim: o caráter nefasto de um crime não se atenua nem desaparece pela idade do seu autor, ao menos até certo limite. No Brasil, o de 18 anos é elevado demais, em face da gravidade de certas ações, cujos autores deve ser punidos como os criminosos quaisquer.

Crime é crime, quer seja praticado por maior de 18 anos, quer por menor desta idade, se dotado de consciência do caráter ilegal do seu procedimento.

Na geração de quantos contam, hoje, cerca de 18 anos, os adolescentes já apresentam esta consciência em relação, pelo menos, aos crimes mais grosseiros. Nenhum jovem de 14, 15 ou 16 anos ignora que matar, estuprar, falsificar, roubar, espancar, correspondem a crimes. Por mais que a imaturidade, a irreflexão, as

companhias perniciosas possam influenciá-lo, sempre a liberdade individual existe, quer para o cometimento do crime, quer para a abstenção dele: pela parcela de livre-arbítrio exercida criminosamente, o menor deve responder.

Disto resulta a conveniência da redução da maioridade penal, de 18 anos, para 16 ou 15, à exemplo de países como a Polônia, em que a imputabilidade principia aos 17; como a Argentina e o Chile, em que o limite cifra-se nos 16 anos; como a Dinamarca e a Noruega, que adotam a idade de 15; como o Equador, com a de 12; como a Austrália e a Suíça, com a de 7; como os EE.UU.AA, com a de 6. Na Inglaterra inexistente limite etário.

Em todos estes países, o criminoso menor de 18 anos o é tanto quanto entre nós o é o maior de idade.

Pena de morte.

Enquanto os psicopatas de grau menor ou médio não matam, os mais perigosos fazem-no. Se nem todo psicopata é assassino, muitos assassinos são psicopatas: eles correspondem a cerca de 20% dos presidiários e aos autores de mais da metade dos crimes graves, em relação aos demais encarcerados.

Eles perpetram atrocidades, assassínios isolados e em série, latrocínios, atos de crueldade que repugnam às pessoas comuns. Envolvidos em situações de violência física, intimidação ou de provocações, eles "*demonstram um misto de satisfação, prazer, sensação de poder e indiferença*" (página 130).

Nenhuma pessoa normal regozija-se com a prática do mal: o psicopata gratifica-se com ela. Os mais graves apresentam, em grau exacerbado, "*insensibilidade e desprezo pela vida humana*" (página 129).

Os psicopatas reincidem na criminalidade em proporção de 200%, em cotejo com criminosos sadios, percentual que triplica em relação aos crimes violentos (página 133).

Insensíveis por natureza, os psicopatas graves encarnam indivíduos especialmente perigosos, cuja existência equivale a ameaça constante.

É incurável a psicopatía (página 173): o psicopata nasce como tal, como tal vive e somente deixa de sê-lo ao deixar de viver.

Se a condição de psicopata é definitiva; se os psicopatas mais perigosos cometem atrocidades; se a sua reincidência nos crimes é elevada; se todo criminoso deve ser punido proporcionalmente à gravidade do crime; se o homicídio corresponde ao mais grave, então a sociedade deve não apenas punir o assassino com a pena maior, como deve resguardar-se da reincidência.

O psicopata criminoso (autor de assassínio ou de outro crime atroz) deve ser mantido afastado da sociedade, permanentemente, mediante a sua prisão vitalícia ou a sua execução, penas inexistentes no Brasil em que, por outro lado, certas circunstâncias relativas ao cumprimento da pena permitem abreviar-lhe o prazo: amiúde, o criminoso cumpre a detenção por lapso inferior ao que lhe correspondeu à condenação.

Há, entre nós, propensão à leniência, ao favorecimento do criminoso (menor ou maior de idade), de que representa caso máximo e absurdo a retroação da lei penal em benefício do condenado: todas as leis (civis, comerciais, tributárias, administrativas etc.) aplicam-se da data em que passam a vigorar, por diante, do presente para o futuro, com uma única exceção: a lei penal modificada aplica-se do momento em que passa a vigorar para o futuro e, também, para o passado, vale dizer, aplica-se aos criminosos condenados por ela, desde que a modificação abrande a pena ou alivie-lhe o cumprimento: adotou-se regime de exceção na mecânica legislativa, que favorece os malfeitores exclusivamente (e jamais as pessoas de bem), para eximi-los, por alguma forma, do castigo que mereceram em razão do dano inflingido a outrem, privilégio escandalosamente imoral.

O psicopata autor de atrocidade deve ser punido com prisão vitalícia ou com a morte, à guisa de retribuição da sociedade pelo mal que perpetrou e de profilaxia de males outros, de que ele é especialmente

suscetível. Ainda quando não se reduzisse a criminalidade, reduzir-se-á a quantidade de criminosos e evitar-se-ão novos crimes.

Mentalidade.

Encerra o derradeiro capítulo uma série de sugestivas observações, relativas à mentalidade presente nas sociedades ocidentais e que merecem atenção e criteriosa reflexão: segundo a autora, as últimas cinco décadas vem se caracterizando pela adoção de atitudes psicopáticas nas relações humanas. "*Nossa sociedade*, diz ela, *está fundamentada em valores e práticas que, no mínimo, favorecem a maneira psicopática de ser e viver*" (pág. 189). Há individualismo, em que as pessoas adotam a si próprias como critério decisivo do seu comportamento e como elemento preponderante na sua escala de valores, o que implica três atitudes: a busca da felicidade pessoal em detrimento de qualquer obrigação em face dos demais; a ausência de padrão moral que permita hierarquizar os comportamentos, o que, por sua vez, resulta na aceitação de qualquer tipo de atitude, desde que satisfaça ao indivíduo; a consideração dos demais como instrumentos dos nossos desígnios, vale dizer, como objetos que usamos em favor próprio.

Neste egocentrismo, os interesses e conveniências de cada qual, os seus caprichos e paixões, as suas preferências e desejos correspondem ao critério decisivo das suas relações com o seu semelhante.

Devido a isto, têm-se deteriorado os laços afetivos e os valores centrados no outro, à exemplo da honestidade, da reciprocidade e da responsabilidade perante o próximo. "*Estamos perdendo o senso de responsabilidade compartilhada no campo social e de vinculação significativa nas relações interpessoais. O aumento implacável da violência [não] é senão uma resposta lógica e previsível a toda essa situação*" (página 192), na medida em que a lógica da agressão, física ou moral, consiste no embotamento do senso de respeito pelo próximo e de limites da ação individual.

Nas ficções das telenovelas, nos romances, nos filmes dos cinematógrafos, as personagens maldosas, inescrupulosas e destituídas de sentimento de culpa tornaram-se os ídolos da atualidade (pág. 192), sintoma de que proporção significativa de pessoas identifica-se com a sua forma de ser e de tratar a outrem. Mesmo os indivíduos mentalmente sadios freqüentemente adotam comportamentos psicopáticos, que reputam aceitáveis quando os praticam embora, no seu egocentrismo, repugnem-se deles quando lhes são o objeto: a moral egocêntrica tende a criar duplicidade, em que o indivíduo se permite o egoísmo em relação a outrem, porque lhe convém, e insurge-se contra ele, quando os outros o tratam egoisticamente, porque, então, ele o molesta.

A moral egocêntrica induz ao afastamento mútuo das pessoas; leva a não se contar com o próximo como fator de cooperação e de simpatia e a contar-se com ele como fonte de indiferença e mesmo de hostilidade ou de ameaça. Daí a desconfiança, o medo, a reserva como formas de proteção, que tendem ao "cada um por si".

"Somente uma educação pautada [por] sólidos valores altruístas poderá fazer surgir uma nova ética social que seja capaz de conciliar direitos individuais com responsabilidades interpessoais e coletivas. A aprendizagem altruísta é o único caminho possível para combatermos a cultura psicopática pautada na insensibilidade interpessoal e na ausência de solidariedade coletiva." (pág. 193).

Se de ética centrada no indivíduo e que leva ao egocentrismo, é natural que se originem ações e reações caracterizadas pelo desprezo do próximo, nota essencial da psicopatia, por outro lado, de ética altruísta, centrada também no próximo e que leve ao desenvolvimento de todas as formas de generosidade, é natural que se produzam ações e reações caracterizadas pela consideração apreciativa do próximo, nota essencial da mente não psicopática e da sociedade solidária.

A consideração do próximo originou virtudes tradicionalmente adotadas por inúmeras sociedades, como a pureza de intenções, a sinceridade, a veracidade, a modéstia, a humildade, a paciência, o arrependimento, o perdão, a fidelidade, o império sobre as próprias emoções, a admiração pelo mérito, o desprendimento, a

solidariedade, o senso de dever, a bondade; a dedicação à família, o espírito público, o rigor profissional, a probidade nos negócios, o cumprimento da palavra dada; a moderação dos apetites, a gentileza, o espírito de conciliação, o senso de justiça, a honestidade para consigo próprio, o senso de compromisso, o esforço por melhorar-se, o exercício da bondade como forma de satisfação, o respeito pelo diferente.

Trata-se de formas sofisticadas de altruísmo, em que a afetividade, a inteligência e a atividade referem-se diretamente ao próximo ou, indiretamente, pelos efeitos que produzem no indivíduo e que, melhorando-o, melhoram-lhe a relação com os demais.

Tais valores importa: (a) inculcar nas crianças, como função inexorável dos pais, muitos, atualmente, culpados pela permissividade com que deformam os seus filhos e cujo egoísmo, destarte, se avoluma, ou pela negligência com que lhes descuram da educação, ao absterem-se da transmissão de exemplos e de valores. O papel da educação deve ser o de dispor a viver para outrem, dizia Augusto Comte. (b) cultivar nas pessoas em geral, pela moderação do egoísmo e pela estimulação do altruísmo, critério ético formulado com veemência por Augusto Comte, criador do Positivismo, dado corresponder o segundo a uma condição inata de todo ser humano e, com isto, suscetível de incremento por meio da educação, e ao fundamento da vida em sociedade. O principal problema humano, afirmava ele, consiste na subordinação do egoísmo ao altruísmo, ou seja, na constituição de uma mentalidade oposta à de natureza psicopática.

A diferença entre os povos não corresponde apenas à riqueza econômica do países respectivos, e sim, também, à psicologia de cada qual, que se averigüa, também, pelo comportamento das pessoas umas em relação às outras.

São povos desenvolvidos os que adotam formas de viver e de conviver inspiradas pelo altruísmo, em que o meio humano, representado pelos demais, é acolhedor e gratificante: ali as pessoas são mais felizes, subalternizam o ter em favor do ser, e certamente com mais prontidão identificam os psicopatas, o que lhes permite precaverem-se contra os seus malefícios.

No cultivo das virtudes tradicionais, paulatinamente desenvolvidas pela civilização ocidental ao longo de séculos, como lenta acumulação de sabedoria de que cada geração é herdeira do seu pretérito, encontra-se a manutenção de patrimônio inestimável da Humanidade, a elevação do ser humano na sua qualidade e a formação de valores em que a existência de cada um favoreça a dos demais. Eis a riqueza moral da espécie humana, de que são portadoras as sociedades ocidentais: pertence a cada um manter-se ao nível dela e, ao fazê-lo, defender-se e defender aos demais de indivíduos que se encontram radicalmente abaixo ou fora dela.